

Património público à venda?

Sim, mas nunca o Terreiro do Paço!



Terreiro do Paço.

A recente campanha de alienação de bens imóveis do Estado para ajudar a suprimir o défice e o anúncio pela Câmara de Lisboa da venda de alguns palácios na posse do município vieram chamar a atenção da opinião pública para a questão da posse/reabilitação/utilização de exemplares valiosos do nosso património arquitectónico.

Tem o Estado, em Portugal, uma prolongada tradição de propriedade e gestão de património imobiliário de assinalável valor histórico-artístico, com base, sobretudo, nos conjuntos monumentais expropriados às ordens religiosas a partir de 1834. Foi este volumoso e valioso espólio que permitiu instalar, ao longo do século XIX, inúmeros serviços e instituições dependentes da Administração Pública, dado que para a construção de instalações próprias o Estado não dispunha das necessárias disponibilidades financeiras – situação que se reflectiu na raridade de edifícios construídos de raiz para essas finalidades ao longo de um século – exactamente até à emergência do Estado Novo, sob a égide de Salazar e Duarte Pacheco. Foram hospitais, quartéis, escolas, asilos, universidades, museus, tribunais, e uma enorme variedade de outros serviços públicos. À sombra dos novos usos foram, é certo, praticados muitos actos de adulteração ou até de destruição parcial desse vasto património. Mas a verdade é que esse foi o preço a pagar por terem sido muitos monumentos salvos da ruína.

Telmo Miller

De uma forma mais paulatina, foi o Estado adquirindo antigas mansões da aristocracia, para nelas serem igualmente instalados serviços públicos – salvando – também da ruína, por vezes mediante obras de reabilitação exemplares. Veja-se, por exemplo, em Lisboa, só na zona da Rua da Escola Politécnica, os

casos dos palácios Palmela (Procuradoria-Geral da República), Ceia (Universidade Aberta), Rattón (Tribunal Constitucional) e Ribeiro da Cunha (Reitoria da UNL). Só é de lamentar que as aquisições nesta área tão rica em património não tenham abrangido o palácio Ludovice, hoje tão maltratado e, sobretudo, o Lumières, quase uma ruína.

Do mesmo modo, a Câmara de Lisboa foi também adquirindo alguns palácios para instalação de serviços, com idênticos benefícios para a preservação do património: Galveias (Biblioteca Central), Pimenta (Museu da Cidade), Beau-Sejour (Centro de Estudos Olisiponenses), Corucheus, Machadinho e Pancas Palha – objecto, há pouco, numa reabilitação exemplar. E ainda outros, como os palácios da Rosa e Marquês de Tancos, à espera da sua vez.

Pelo menos os últimos quatro foram recentemente apontados como susceptíveis de alienação por parte da câmara municipal, prevendo-se, entre usos possíveis, a instalação dos chamados "hotéis de charme". A propósito da intenção manifestada neste sentido para o Palácio da Rosa, ainda na gestão de João Soares, propus no n.º 10 da Pedra & Cal, algumas condições que deviam ser exigidas aos novos proprietários: um projecto de restauro e reconversão de elevada qualidade e o franqueamento público, ainda

que condicionado aos espaços mais significativos dos edifícios.

Em termos gerais, pode dizer-se que tudo o que seja reabilitado e dar vida a edifícios de valor, degradados ou abandonados, dando-lhes um uso condigno, é bem-vindo. No entanto, no meio do noticiário que por estes dias tem vindo a lume, há coisas alarmantes, como a alienação de parcelas do Terreiro do Paço, fazendo sair os ministérios, que dariam lugar aos ditos "hotéis de charme"! E aqui colocam-se questões muito sérias que deviam ser objecto do maior cuidado por parte das entidades que apregoam tais notícias – neste caso o presidente da edilidade lisboeta. Invocase como argumento que tal venda se destina a animar a praça, no contexto da revitalização da Baixa Pombalina e da candidatura desta a Património Mundial. Em primeiro lugar, é manifesto que para dar mais vida ao Terreiro do Paço, o que é necessário é desalojar os ministérios apenas dos pisos térreos dos edifícios, como fora já reclamado pela anterior gestão municipal e de que constitui um excelente e pioneiro exemplo o Lisbon Welcome Center. E aí, sim, instalar cafés, restaurantes, galerias de arte, alfarrabistas, etc. Em segundo lugar, constituindo as construções que envolvem a praça um edifício único no seu todo, é inadmissível que seja cortado às fatias, alienando-se arbitrariamente partes desse todo. Finalmente, atendendo ao fortíssimo carácter simbólico do espaço, como expressão histórica do poder, só a fúria iconoclasta dum mentalidade anarco-liberal poderá explicar tal proposta. E aqui, todos os que tenham um mínimo de respeito pelo património deverão peremptoriamente dizer não! Porque, de facto, como se pode respeitar esse património esvaziando-o do seu conteúdo?

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto.